

POPULAÇÃO REJEITA CANDIDATOS LIGADOS ÀS EMPRESAS DE TABACO, ÁLCOOL, AGROTÓXICOS E ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

Candidatos apoiados por empresas de agrotóxicos, tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados são rejeitados pela população brasileira, como demonstra pesquisa Datafolha encomendada pela ACT Promoção da Saúde, feita entre 13 e 16 de agosto, em todo o país, por meio de 2.086 entrevistas em 129 municípios.

A pesquisa mostra baixa intenção de voto em políticos que apoiem esses setores: 89% não votariam em políticos ligados à indústria de agrotóxicos, 85%, na de tabaco, 71%, na de álcool, e 63% na de alimentos ultraprocessados.

A população também discorda da concessão de incentivos fiscais às empresas de bebidas açucaradas (49%) e de álcool (72%). Já as de alimentos orgânicos, segundo 84% dos entrevistados, devem receber incentivos.

Os índices sobre apoio das empresas aos políticos são semelhantes aos encontrados em 2014, por ocasião das últimas eleições presidenciais que ainda permitiam financiamento de pessoa jurídica. Naquela época, segundo pesquisa Datafolha/ACT, a maioria dos brasileiros não queria votar em candidatos que aceitassem financiamento das indústrias de fumo (89%), álcool (89%), armas (92%) e agrotóxicos (82%). O link para os dados está disponível em <http://www.actbr.org.br/post/opinioao-sobre-financiamento-de-campanhas-eleitorais/917/>

INCENTIVOS FISCAIS X IMPOSTOS SAUDÁVEIS

As DCNTs, como câncer, diabetes e hipertensão, são responsáveis por 74% das mortes e podem ser evitadas com o combate de seus fatores de risco. A obesidade é um deles: 19% da população brasileira está obesa e 54% tem excesso de peso. Já foi cientificamente comprovado que o consumo de açúcar está ligado à obesidade. Quem consome uma lata de refrigerante engole sete colheres e meia de açúcar.

Em trabalho junto ao Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde sugere que os países aumentem os tributos sobre as bebidas adoçadas para que reduzam seu consumo, praticando alíquotas de no mínimo 20%.

No Brasil, empresas de bebidas adoçadas dominam o mercado, recebem diversos incentivos fiscais para manter baixo o preço dos produtos e, assim, alcançar mais consumidores. Um caso paradigmático é o dos créditos de IPI da Zona Franca de Manaus para esses produtos.

Como é um imposto de valor agregado, o IPI incide em diversas fases da cadeia produtiva. Na fase de extração de xarope/elaboração de concentrado para a produção de refrigerantes e demais bebidas açucaradas, por estarem situadas na Zona Franca de Manaus, as empresas são isentas de seu recolhimento. Entretanto, podem aproveitar os créditos de 20% (que teriam caso tivesse recolhido o imposto) para descontar do montante a ser pago nas próximas fases de produção das bebidas, como o seu engarrafamento.

Tal situação gera uma renúncia fiscal que, somada aos demais incentivos fiscais concedidos ao setor, é estimada em até R\$ 7 bilhões por ano, segundo o site O Joio e o Trigo.

O aumento dos preços e impostos de produtos de tabaco é um exemplo de uma das políticas eficazes para reduzir as taxas de prevalência. Dados do Ministério da Saúde apontam que a frequência do consumo do tabaco entre os fumantes nas capitais brasileiras reduziu em 36%, no período de 2006 a 2017. Nos últimos anos, a prevalência de fumantes caiu de 15,7%, em 2006, para 10,1% em 2017. A política de preços mínimos é exemplar, pois está diretamente ligada à redução do consumo do cigarro em todas as faixas etárias. Considerando que a experimentação de cigarro entre os jovens é alta e que cerca de 80% dos fumantes iniciam o hábito antes dos 18 anos, o preço é um inibidor.

De acordo com estudos recentes, é necessária a criação de taxação para alimentos não saudáveis, como produtos de tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados. São os chamados impostos saudáveis.

No Brasil, há dois projetos de lei tramitando nesse sentido, no Senado, que instituem a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide): um para produção e importação de refrigerantes e bebidas açucaradas (PLS 430/2016) e outro para a fabricação ou importação de tabaco e seus derivados (PLS 4/2015). Ambos enfrentam forte resistência de parlamentares que apoiam as indústrias de refrigerantes e tabaco.

ELEIÇÕES 2018

A ACT Promoção da Saúde e a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável divulgaram cartas aos candidatos às Eleições de 2018 solicitando compromissos com a saúde, especialmente por meio de políticas públicas. Ambas as cartas estão disponíveis para que todos possam se mobilizar e encaminhá-las aos candidatos.

A carta da ACT inclui compromissos com relação à promoção da saúde em geral e, mais especificamente, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a Década de Ação das Nações Unidas pela Nutrição e o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil. Pode ser acessada aqui: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/Carta-ACT-Eleicoes%281%29.pdf>

A Aliança, por sua vez, criou uma plataforma de mobilização onde é possível enviar a carta, focada na promoção de itens da agenda do movimento, como rotulagem, amamentação e efetivação da proibição da publicidade infantil, para os candidatos à presidência e baixar o documento para enviá-lo aos demais candidatos. Pode ser acessada aqui: <http://alimentacaosaudavel.org.br/campanhas/candidatoa-o-que-tem-no-seu-prato/>

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE

ACT Promoção da Saúde, antiga Aliança de Controle do Tabagismo, foi fundada em 2006 com a proposta de trabalhar por políticas públicas de controle do tabagismo, comprovadamente eficazes, seguindo as recomendações da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, primeiro tratado internacional de saúde pública, da Organização Mundial de Saúde.

Em 2014, a ACT começou a trabalhar também pela prevenção dos outros fatores de risco das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que além do controle do tabagismo, englobam a promoção da alimentação saudável, controle do uso abusivo do álcool e atividade física. A partir dessa ampliação do escopo, o nome mudou para ACT Promoção da Saúde.^{[1][2][3]}_{[4][5][6]}

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Há dois anos, a ACT participou da fundação da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, coalizão composta por organizações da sociedade civil como o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), além de profissionais, associações e movimentos sociais. Seu objetivo é desenvolver e fortalecer ações coletivas que contribuam com a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio do avanço em políticas públicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar no Brasil.